

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**O LUGAR DO RIO GRANDE DO SUL NAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DOS  
PRIMEIROS ANOS DO SPHAN: uma análise sobre a perspectiva de “valor” (1937 -  
1940)<sup>1</sup>**

Jessica Zirbel da Silva

Orientadora Leticia Brandt Bauer

**RESUMO:** Este artigo se propõe a fazer uma interpretação sobre os entendimentos que vincularam o estado do Rio Grande do Sul às políticas preservacionistas dos primeiros anos de atuação do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) a partir da apreensão das categorias de “valor histórico e artístico”, tendo em vista o contexto em que a instituição foi legitimada como órgão pertencente à burocracia estatal do Estado Novo (1937-1945), bem como os principais agentes envolvidos no processo que deu forma e sentido ao pensamento patrimonial no Brasil. O recorte de análise será aquele em que se situam as principais fontes utilizadas, de 1937 a 1940, sendo elas: um conjunto de cartas escritas por Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do SPHAN, e endereçadas a Augusto Meyer, correspondente do órgão no Rio Grande do Sul, entre 1937 e 1938; o relatório gerado a partir da primeira “missão” de Lucio Costa ao Rio Grande do Sul, a pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que visava uma inspeção e a proposição de ações do SPHAN na região das missões jesuíticas, datado de 20 de dezembro de 1937; e um artigo publicado na edição de nº 4 da Revista do Patrimônio, no ano de 1940, intitulado “Os Sete Povos das Missões”, de autoria de Alberto Lamego. Ao longo da pesquisa, viu-se que, para um entendimento satisfatório da lógica que orientou o SPHAN em seus primeiros anos de atuação, faz-se necessário um olhar atento ao projeto mais amplo de realinhamento da sociedade a partir da perspectiva desenvolvimentista e homogeneizadora que foi foco do Estado Novo.

**Palavras-chave:** Sphan; Rio Grande do Sul; patrimônio; memória; história; Estado Novo.

O sentimento de pertença a um determinado território, a identificação com certos estilos, costumes, saberes, práticas e modos de ser e estar no mundo, esse envolvimento com o coletivo que é próprio dos seres sociais, são construções históricas e, sobretudo, políticas, que são essenciais no processo de formação e desenvolvimento das sociedades. As nações, enquanto

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso de graduação no formato de artigo apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História. Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Leticia Brandt Bauer. Banca examinadora: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt; Prof. Me. Alberto Tavares Duarte de Olivera.

“comunidades imaginadas” (Anderson, 1983, p. 32), procuram estruturar-se em torno de elementos de identificação que são partilhados entre os sujeitos.

Em países de tradição colonial a busca pela construção de um sentimento capaz de unir um povo tão fragmentado em torno de uma identidade nacional foi, em geral, tida como projeto. E no Brasil, este território vasto, culturalmente diversificado e marcado tão profundamente por relações desiguais de poder, a construção da noção de patrimônio<sup>2</sup> e de uma memória ressignificada que lhe desse sustentação simbólica, foram importantes ferramentas na legitimação do que se impunha como “cultura nacional”.

Central na investigação a que se propõe este artigo, e parte integrante do movimento que conduziu as ações institucionais sobre patrimônio e memória coletiva após os anos 1930, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje chamado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>3</sup>, foi oficializado com o Decreto Lei nº 25 de 30 novembro de 1937<sup>4</sup>. Enquanto órgão responsável por organizar o patrimônio histórico e artístico em âmbito nacional, esta instituição foi o espaço de ação dos agentes que deram forma e sentido às práticas patrimoniais no Brasil, podendo ser compreendida, aqui, como parte de um processo de “enquadramento da memória” como mencionado por Michael Pollak (1989, p. 10):

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.

A chave para estudar esta forma da memória, chamada de “memória oficial” ou “memória organizadíssima” (Pollak, 1992, p. 203), estaria, portanto, em uma análise que inclui os seus agentes e traços materiais. É nesta perspectiva que a proposta desta pesquisa se insere.

---

<sup>2</sup> A noção de patrimônio aqui pensada é aquela que tem em si a capacidade de produzir narrativas para dar sentido ao passado. Pretende-se, assim, interpretar o patrimônio em sua dimensão política, tendo em vista que “apropriar-se é sinônimo de preservação e definição de uma identidade, o que significa dizer, no plano das narrativas nacionais, que uma nação torna-se o que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio” (Gonçalves, 1996, p. 24).

<sup>3</sup> Convém apontar que, a título de facilitação da leitura, definiu-se mencionar como “SPHAN” a instituição de referência no trato com o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dado que, ao longo do recorte temporal abordado, o órgão mantém-se denominado desta forma. A nomenclatura do órgão foi alterada várias vezes: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN (1936-1946); Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/DPHAN (1946-1970); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN (1970-1979); Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN (1979-1990); Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural/ IBPC (1990-1994); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ IPHAN (desde 1994) (PESSÓA, 2004, p. 11).

<sup>4</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf)> Acesso em: 18 jan. 2024.

Tendo em vista que “o patrimônio é uma dimensão da memória” (Candau, 2011, p. 16), entende-se que estudos que busquem uma compreensão histórica sobre a ação de selecionar elementos do passado, de forma legitimada pelo Estado, podem ser de grande relevância para um melhor entendimento do presente.

Sendo assim, ao propor uma investigação no campo dos estudos sobre o patrimônio cultural que se debruça sobre acontecimentos localizados em um tempo passado, interessa apontar que a oficialização das práticas patrimoniais ocorreu no mesmo momento em que teve início um novo e importante capítulo da história do país.

Conforme os estudos da historiadora Márcia Chuva, o desenvolvimento do pensamento patrimonial ocorreu no bojo de um movimento muito mais amplo de busca por uma “unidade nacional”<sup>5</sup>. Parte deste movimento corresponde ao período autoritário conhecido como Estado Novo (1937-1945), que teve início em novembro de 1937, sob os ditames de Getúlio Vargas e oficializou a busca pela definição de um ideal de nação. Este processo, que incluiu a elaboração de um plano de ordenação da perspectiva cultural do país, passou, também, pela definição e legitimação de uma memória “materializada” nos bens patrimoniais. Sobre esta dinâmica, que passa pelo ato de investir simbolicamente nos bens, menciona a autora que ao apropriar-se do patrimônio “a nação torna-se palpável, além de visível” (Chuva, 2009, p. 219). Em sentido semelhante, segundo José Reginaldo Santos Gonçalves, “para que a nação possa existir, enquanto uma entidade individualizada e independente, ela tem que identificar apropriar-se do que já é sua propriedade: seu patrimônio cultural” (1996, p.32).

Foi em aproximação com esta temática mais ampla e, especificamente, com a *Revista do Patrimônio*<sup>6</sup>, que se originou a inquietação responsável por nortear este trabalho. Ao estudar os periódicos, buscando um entendimento sobre a dinâmica político-cultural do contexto de criação da instituição e, de modo mais abrangente, sobre os princípios desenvolvidos ao longo da duradoura gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1967), chamou a atenção a presença desigual das regiões brasileiras no que se refere aos estudos de caso que configuram os artigos das publicações<sup>7</sup>. Mais especificamente, percebeu-se certa disparidade em relação ao número de artigos que abordam assuntos e bens voltados exclusivamente para o Rio Grande do

---

<sup>5</sup> Menciona ela que “era preciso escapar do individual, que era fragmentário, em busca do público ou do bem comum, unificador” (Chuva, 2003, p. 313-314).

<sup>6</sup> Trata-se do principal periódico brasileiro especializado em temáticas relacionadas ao patrimônio cultural e meio de desenvolvimento e divulgação do pensamento e das práticas do SPHAN. Publicada até os dias de hoje, a Revista do Patrimônio teve seu primeiro número lançando em 1937.

<sup>7</sup> Trabalhos como os de Lanari (2010) Ribeiro (2013) e Lorenzon (2017) são importantes estudos voltados especificamente para a Revista do Patrimônio,

Sul em relação a alguns dos demais estados que, pela quantidade de menções, tiveram atenção privilegiada da instituição neste aspecto.

A partir disso, e sabendo que o enfoque das atividades do SPHAN em seus primeiros anos de atuação se situou na identificação e proteção do “barroco brasileiro” como primeira manifestação da cultura legitimamente nacional<sup>8</sup>, surgiu a proposta de procurar compreender de que forma o estado do Rio Grande do Sul, distante do circuito de maior atuação do órgão em seus primeiros anos de atividade<sup>9</sup>, vinculou-se ao entendimento daquilo que continha ou não “valor” patrimonial naquele contexto.

Sendo assim, a ideia central do texto está em fazer uma reflexão sobre o lugar ocupado pelo Rio Grande do Sul nas discussões iniciais sobre os bens “patrimonializáveis” a partir do contexto de criação do SPHAN – enquanto organização produtora de discursos oficiais - e da construção de um entendimento sobre o que significou a noção de “valor histórico e artístico”<sup>10</sup> dos monumentos que foi sistematizada com a formação de um núcleo de intelectuais responsáveis por estruturar as ações de preservação do patrimônio no Brasil. Para além disso, tendo em vista que “os intelectuais que estão direta ou indiretamente envolvidos em uma política de preservação nacional fazem o papel de mediadores simbólicos” (Fonseca, 2009, p.22), procura-se encontrar quais elementos foram selecionados para definir o Rio Grande do Sul no conjunto brasileiro, especialmente no que se refere ao contato direto que existiu entre a diretoria do órgão e Augusto Meyer<sup>11</sup>, o principal correspondente a serviço do SPHAN no estado.

Ao privilegiar o estado sul-rio-grandense como central nesta análise, buscando compreendê-lo como parte integrante de um todo institucional, entende-se que o trabalho possa

---

<sup>8</sup> Vide Chuva (2003; 2009), Fonseca (2009), Santos (2018).

<sup>9</sup> O elevado número de tombamentos realizados entre 1938 e 1940, por exemplo - período em foco neste trabalho, nas regiões de Rio de Janeiro (98), Bahia (68), Minas Gerais (62) e Pernambuco (43) em relação aos demais estados como o do Rio Grande do Sul (11), está registrado na “Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento” que consta para download no site do Iphan. Lá pode-se ter acesso aos dados sobre tombamentos produzidos desde o início da prática, até os dias de hoje. Os processos de produção dos sentidos que orientaram tais práticas patrimoniais são desdobrados de forma muito rica nos textos de Rubino (1996) e Chuva (2009), por exemplo. Lista disponível em :< <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>> Acesso em 12 dez. 2023.

<sup>10</sup> No âmbito da preservação patrimonial há diferentes mecanismos de registro para categorizar a atribuição desses “valores”. Trata-se dos “Livros do Tombo”, são eles: Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas, Artes Livro do Tombo das Artes Aplicadas e Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

<sup>11</sup> Foi um escritor gaúcho ligado ao movimento modernista que atuou como responsável pela 7ª região do SPHAN, que compreendia os três estados da região sul do Brasil. Sua atuação merece destaque junto ao SPHAN pois, além de grande esforço na empreitada de selecionar os bens de relevância, Meyer contribuiu para dar forma às primeiras iniciativas do SPHAN no Rio Grande do Sul, tendo, inclusive, estabelecido o período que seria critério para a seleção dos bens no estado - da instituição das missões jesuítas à Revolução Farroupilha. Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer. 4 de junho de 1937 (Xavier, 2008, p. 57).

vir a ocupar parte, ainda que modesta, nos estudos sobre a temática do patrimônio cultural, em geral e, do SPHAN, em particular. Com isto em foco, o texto será dividido em três momentos.

No primeiro momento, propõe-se uma exposição em torno do processo de institucionalização das práticas patrimoniais no Brasil, com a oficialização do SPHAN, de modo que sejam mencionados alguns dos agentes que deram forma e sentido à questão do patrimônio no Brasil. Aqui, serão investigadas brevemente as origens do pensamento patrimonial desenvolvido ao longo da década 1930, partindo do contexto sociopolítico em que se desenvolveram. O período em foco é emblemático por ser quando se origina um verdadeiro movimento de impulso das ações efetivamente voltadas para a proteção do patrimônio, produto da efetivação do Decreto-lei nº 25, em 1937, e a instituição do tombamento com a inscrição dos bens nos Livros do Tombo, a partir de 1938. Ainda na primeira parte, busca-se apreender sob qual perspectiva formou-se o universo simbólico construído pela geração que esteve no comando da instituição em sua fundação, incluindo sua relação com o movimento modernista ao qual os agentes do patrimônio relacionavam-se em maior ou menor grau.

Em um segundo momento, pretende-se formular um entendimento sobre noção de “valor” que orientou as práticas patrimoniais nos primeiros anos do SPHAN, tornando-se o modelo de patrimonialização brasileiro. Busca-se compreender este importante mecanismo da lógica patrimonial a partir das contribuições de autoras importantes dos estudos sobre patrimônio como Silvana Rubino (1996), Márcia Chuva (2009), Maria Cecília Londres Fonseca (2009) Janice Gonçalves (2016) e Mariza Veloso Motta Santos (2018).

Em um terceiro momento, anterior à conclusão do texto, busca-se analisar as três principais fontes selecionadas, a partir das quais, também se configurou o recorte de análise, de 1937 a 1940, sendo elas: um conjunto de cartas escritas por Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do SPHAN, e endereçadas a Augusto Meyer<sup>12</sup>, correspondente do órgão no Rio Grande do Sul, entre 1937 e 1938; o relatório<sup>13</sup> gerado a partir da primeira “missão” de Lucio Costa ao Rio Grande do Sul, a pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que visava uma inspeção e a proposição de ações do SPHAN na região das missões jesuíticas<sup>14</sup>, datado de 20

---

<sup>12</sup> A documentação se encontra arquivada na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, mas também encontra-se compilada na dissertação de mestrado de autoria de Laura Regina Xavier (2008), intitulada *Patrimônio em prosa e verso: a correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer*, disponível em: <<https://hdl.handle.net/10438/2149>> Acesso em: 20 ago. 2023.

<sup>13</sup> PESSÔA, José (org.). Lucio Costa: documentos de trabalho. IPHAN/MinC, Rio de Janeiro, 2004.

<sup>14</sup> Visando a catequização dos ameríndios, além de sua pacificação e controle, os aldeamentos fizeram parte de um movimento que se vinculava tanto aos interesses da Coroa Espanhola, quanto da Igreja Católica, mais especificamente, a partir da Companhia de Jesus, fundada em 1534. As reduções eram compostas por igreja, alojamentos, colégio, oficinas, cemitério e estâncias, chegaram a ter, em média, três mil indígenas. No Rio Grande do Sul, as primeiras tentativas datam de 1626, na área conhecida como Tape. Os constantes ataques perpetrados pelos bandeirantes em caça aos indígenas, influenciaram seu deslocamento para as reduções. Após um período de

de dezembro de 1937; e um artigo publicado na edição de nº 4 da *Revista do Patrimônio*<sup>15</sup>, no ano de 1940, intitulado “Os Sete Povos das Missões”, de autoria de Alberto Lamego<sup>16</sup>.

À luz da noção de “valor histórico e artístico” construída e da análise das fontes, objetivava-se concluir com uma interpretação sobre a seguinte questão: a partir de quais referenciais e entendimentos o Rio Grande do Sul foi vinculado às políticas preservacionistas nos primeiros anos de atuação do SPHAN?

## 1. SPHAN: o órgão em seu contexto

A legitimação do SPHAN foi uma das primeiras ações governamentais que ocorreram sob o regime estadonovista. Vinculada ao Ministério da Educação e Saúde (MES), que esteve sob comando do mineiro Gustavo Capanema<sup>17</sup> entre os anos de 1934 e 1945, a instituição gozou de grande credibilidade e de um espaço crucial na burocracia estatal, tendo sido um dos mais importantes órgãos relativos à cultura da época<sup>18</sup>.

Para o regime autoritário e centralizador de Vargas, agir sobre o âmbito cultural foi de enorme importância. Sua proposta de reorganização da sociedade passava por utilizar-se deste aspecto na consolidação de um plano de unificação e modernização da nação propondo o estreitamento de laços a partir da criação de uma identidade coletiva própria do Brasil entre os brasileiros. Nessa perspectiva, que costuma ser parte da lógica interna de governos autoritários,

---

ocupação na margem oriental do rio Uruguai, os jesuítas retornaram ao estado em 1682, fundando as reduções que, hoje, compõem os Sete Povos das Missões, foram elas: São Borja (1682), São Nicolau (1687), São Miguel Arcanjo (1687), São Luiz Gonzaga (1687), São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1706). Após grande desenvolvimento ao longo do século XIX, as reduções foram alvo de ataques, culminando no Tratado de Madri (1750) que decretava a troca da Colônia de Sacramento, de possessão portuguesa até então, pelos Sete Povos, sob domínio espanhol. Tais conflitos levaram à Guerra Guaranítica (1754-1756), com a derrota dos nativos e expulsão dos jesuítas de terras espanholas em 1768. A partir aí, houve o início da decadência das reduções. (Bauer, 2006, p. 17-18).

<sup>15</sup> SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n.4. 1940. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat04\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat04_m.pdf)> Acesso em: 12 ago. 2023.

<sup>16</sup> Pesquisador nascido no estado do Rio de Janeiro, Lamego produziu importantes obras de cunho geográfico, histórico, ecológico e social, especialmente sobre o seu estado. Lamego não figura entre os autores mais assíduos da revista, conforme (Silva, 2010, p.99), mas sua participação na revista de número é marcada pelo extenso uso de fontes primárias, prática que vai se consolidando ao longo das publicações do periódico.

<sup>17</sup> Gustavo Capanema foi um influente político de sua geração, escolhido por Vargas para ser Ministro da Educação e Saúde no quarto ano após a fundação do Ministério, ocorrida em 1931. Fonseca definiu sua relação com Vargas como de lealdade política, o que, segundo a autora, não seria razão para impedir “uma postura independente e mesmo crítica em relação a certos aspectos da ideologia do Estado Novo” (2009, p. 93-94). Tal informação é relevante tendo em vista que Capanema era muito próximo ao também mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade, sobre o qual já comentou em entrevista dizendo que “era um dos homens mais ligados a mim” (Xavier & Fisherg, 1968, p.32 apud Fonseca, 2009, p. 94). O político foi um importante mediador entre os intelectuais e o governo.

<sup>18</sup> Na mesma época de criação do SPHAN, foram inauguradas outras instituições do âmbito cultural como, por exemplo, a Superintendência de Educação Musical e Artística; Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); Serviço Nacional de Teatro (1937); Instituto Nacional do Livro (1937) e Conselho Nacional de Cultura (1938) (Rubino, 2007).

o Estado se utilizou de uma evocação ao passado como forma de referenciar um pertencimento comum, o que serviria também para a manutenção da coesão social<sup>19</sup>.

No caso do Brasil, apesar do enfoque no âmbito da cultura ter se acentuado oficialmente com a reestruturação política do Estado após 1937, perspectivas de proteção contra a ameaça de deterioração de elementos considerados representativos do passado e a busca por raízes particulares da cultura nacional vinham sendo pautas nos meios intelectuais modernistas já na década anterior, os anos 1920, a partir das “noções de modernidade e tradição” (Chuva, 2009, p. 91). Inclusive, conforme apontado por Mariza Veloso Motta Santos (2018, p. 46), nomes que viriam a ter destaque no contexto político já salientavam o barroco como estilo de relevância cultural, menciona ela que:

Durante as décadas de 1920 e 1930 foram produzidos inúmeros trabalhos, pesquisas e crônicas, principalmente sobre as cidades históricas mineiras, realizados por Mário de Andrade, Carlos Drummond, Pedro Nava e Rodrigo M. F. de Andrade. Os modernistas produziram inúmeras referências culturais e documentais acerca das manifestações barrocas das cidades históricas mineiras.

É importante destacar que no movimentado contexto anterior ao golpe que deu início ao Estado Novo, houve uma infinidade de disputas por hegemonia de concepções a respeito de várias categorias do universo cultural e político. Com relação àquelas em torno da construção dos referenciais técnicos e simbólicos que serviriam para selecionar e dar sentido ao patrimônio, em especial o edificado, os intelectuais modernistas foram o grupo que alcançou êxito, com a criação do SPHAN sendo mencionada como “principal consequência da Semana de 1922” pela pesquisadora Mariza Veloso Motta Santos (2018, p. 12). Do outro lado estariam, especialmente, aqueles que defendiam o estilo neocolonial<sup>20</sup> e o ecletismo.

Apesar de não representar um grupo homogêneo, pode-se destacar os modernistas como fundamentais na elaboração do pensamento patrimonial naquele contexto, mas, é claro, não apenas nele. Afinal, nomeados os agentes responsáveis pela “invenção do patrimônio”, aquilo que foi delineado a respeito do patrimônio histórico e artístico nacional permaneceu como base quase que intocada ao longo dos 30 anos conhecidos como “fase heroica”<sup>21</sup> do IPHAN, período

---

<sup>19</sup> Segundo Michael Pollak “A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis” (1989, p.7).

<sup>20</sup> Ao longo dos anos 1920 e 1930, neocoloniais e modernistas tiveram proeminência nos debates em torno da construção do que seria o pensamento patrimonial no Brasil. No entanto, com a legitimação do SPHAN, nem todos participaram de forma expressiva, seja direta ou indiretamente, das ações institucionais de seleção e preservação dos monumentos. Uma análise muito bem articulada sobre as disputas e posicionamentos a respeito é feita no capítulo 1 da tese de doutorado da historiadora Leticia Brandt Bauer (2015, p.33-82).

<sup>21</sup> Tal expressão foi relativizada com base na historiografia sobre o tema na tese de doutorado da historiadora Leticia Brandt Bauer. Segundo ela, a denominação “é utilizada ora como periodização, ora como recurso descritivo que se refere à seleção elitista e pouco participativa de edificações de ‘pedra e cal’ com vistas à proteção oficial e/ou em caráter pitoresco das viagens para realização de inventários e vistorias em lugares distantes e desprovidos

ao longo do qual a instituição produziu discursos e práticas que marcaram a trajetória do patrimônio no Brasil.

De modo geral, é possível dizer que a postura da instituição nasceu convergindo com as necessidades do contexto político. A partir do MES e de todo o aparato burocrático direcionado à cultura e educação, buscava-se, sobretudo, a produção de “um novo homem” moldado para corresponder aos objetivos do regime estadonovista e pronto para transformar o Brasil em um país moderno, aproximando-o das “nações civilizadas”.

Devido ao forte traço paternalista do governo, coube ao Estado, tido como guardião e intérprete dos valores culturais da nação (Fonseca, 2009, p. 110), o ato de autorizar os intelectuais como mediadores entre o saber e a sociedade. Em oposição à busca por referenciais importados da Europa, tendo como objetivo um resgate das suas origens culturais, o processo de reorganização da sociedade em busca da construção da nação direcionava as atenções para a “redescoberta” do Brasil. Assim, pensou-se encontrar um senso de continuidade entre passado, presente e futuro, voltando-se para o passado colonial e o estilo barroco, particularmente. Tal condição tornaria a população não somente detentora de uma identidade nacional, mas, também, apta para adentrar na modernidade.

A esta perspectiva o modernismo correspondeu de forma produtiva, já que proporcionou “uma volta ao passado, a valorização intensa de todas as formas de expressão consideradas tradicionais” (Santos, 2018, p. 46), podendo oferecer, além de corpo técnico qualificado para a elaboração de parte tão importante da lógica de ação no âmbito cultural, meios plausíveis de se constituir um universo simbólico que desse, a partir do patrimônio, materialidade à nação (Chuva, 2009, p. 30). Na mesma medida, os intelectuais recrutados para o SPHAN puderam consolidar ainda mais seu prestígio e posicionamento entre as elites, contando, além disso, com investimento estatal para a promoção de suas concepções sobre a realidade.

Sobre esta confluência de posicionamentos que promoveu a estruturação do pensamento e da prática preservacionista institucionalmente, Maria Cecília Londres Fonseca relata que "a preservação como atividade sistemática só se tornou possível, portanto, porque ao interesse cultural se acrescentaram o interesse político e uma justificativa ideológica" (2009, p. 60).

Assim, a noção de patrimônio construída no Brasil originou-se da busca por um desenho das raízes de uma cultura que se queria como legitimamente brasileira, comum a todos, mas que fosse plausível aos demais objetivos do projeto de nação estadonovista. Tendo em vista que o regime impunha a ideia de pensar o Estado como representante oficial dos interesses da nação,

---

de estrutura” e continua dizendo que “Esta síntese desdobra-se em diferentes aspectos e corresponde, diretamente, ao período em que Rodrigo M. F. de Andrade dirigiu o IPHAN” (2015, p. 206).

era de responsabilidade das suas instituições dispor de referenciais, além de educar o povo para apreender os sentidos atribuídos aos elementos do universo material, o que foi realizado a partir de diversas ações em alinhamento ao MES.

Para enriquecer a análise do contexto, faz-se importante mencionar o livro *A invenção das tradições*, no qual os historiadores Eric Hobsbawm e Terence Ranger fazem um amplo trabalho de análise a respeito do movimento de elaboração das tradições a partir da busca por referências no passado, mas não qualquer passado, e sim aquele “selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo (1997, p. 21). Propõe-se que

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWM, 1997, p.9)

Vale mencionar que muitos foram os agentes que se consagraram na história que delineou o pensamento patrimonial no Brasil, fazendo, com isso, parte do processo de “invenção de tradições” que dariam sentido aos bens selecionados para representar as origens da cultura nacional. Desta forma, e em aproximação com Dominique Poulot quando afirmou que “[...] a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio" (2009, p. 12), infere-se que tais agentes inventaram, também, o próprio patrimônio. Nessa perspectiva, buscaremos compreender, em seguida, de que forma o estado do Rio Grande do Sul foi vinculado à proposta de “nacionalidade”.

Entre a vasta lista de intelectuais envolvidos com a elaboração do SPHAN, alguns participaram ativamente, enquanto outros tiveram uma atuação mais indireta<sup>22</sup>. Cabe citar apenas alguns dos mais comumente associados ao período inicial do órgão. Além do já citado Rodrigo Melo Franco de Andrade, figura detentora de um grande capital social que foi capaz de articular em torno de si uma ampla rede de sujeitos interessados em fazer do SPHAN a importante instituição que se tornou, há também de se mencionar o escritor Mário de Andrade, autor do anteprojeto de criação do SPHAN a pedido do também já mencionado Gustavo Capanema e o arquiteto Lucio Costa, agente que alcançou grande relevância junto à instituição, foi responsável pelos tombamentos e peça fundamental nas definições sobre os rumos da política preservacionista desenvolvida no SPHAN; além deles, importa mencionar outros

---

<sup>22</sup> Ver subcapítulo 4.3 da pesquisa de Leticia Brandt Bauer, no qual a autora indica a incidência desigual de citações aos colaboradores de Rodrigo Melo Franco de Andrade nas fontes de pesquisa e aponta a persistência de um grupo central de nomes que conferia prestígio e legitimidade ao primeiro diretor e à instituição (2015, p. 195-206).

nomes como o do escritor Carlos Drummond de Andrade, o sociólogo Gilberto Freyre e o jurista Afonso Arinos de Melo Franco.

É presumível, portanto, como menciona Mariza Veloso Motta Santos, que “a construção de narrativas sobre o patrimônio apresentava um enorme poder persuasivo, na medida em que assumia em sua retórica a ideia recorrente de salvar a tradição, o passado, mantendo-os vivos na rememoração do espaço público” (1996, p.88). A atuação do grupo chamado por ela de “Academia SPHAN” organizou-se aceitando como missão a tarefa de fazer a mediação entre o conhecimento técnico a respeito do patrimônio e a sociedade, fazendo, com isso, um duplo movimento, de construir e dar visibilidade a um determinado projeto de entendimento da nação brasileira e de legitimar-se enquanto *locus* de um conhecimento específico e de alto nível.

É importante pensar, portanto, que o patrimônio não existiria apartado do universo de representações que o acompanha, sua existência pressupõe a atribuição de sentidos, processo que ocorre a partir da construção de determinado olhar sobre a materialidade, é isso que fornece seu sentido, sua razão de ser e a motivação pela qual cabem, ou não, medidas de registro, restauro e preservação em todo o território nacional. É a partir desta dinâmica que o estudo irá levar foco sobre o estado do Rio Grande do Sul nas páginas que seguem.

O grupo envolvido com o desenvolvimento do pensamento patrimonial nos primeiros anos do SPHAN enxergou no estilo barroco, em especial, nos monumentos arquitetônicos construídos entre os séculos XVI e XVIII, a chave para compreender os valores que compõem a identidade nacional e a civilidade da nação brasileira, desenvolvendo meios de justificar e sistematizar a patrimonialização dos bens selecionados como importantes menções ao passado. Segundo Mariza Veloso Motta Santos (2018, p. 48):

Como um conjunto de manifestações estéticas e históricas, o barroco permitiu a articulação de um discurso sobre a nacionalidade, cuja narrativa elegeu uma série de categorias simbólicas, como tempo (desdobrado em passado e futuro), tradição, originalidade, civilização, universalidade, monumentalidade, etc.

A partir disso, e em conformidade com Márcia Chuva quando esta mencionou que a atuação do SPHAN “significou o entrelaçamento de redes de alianças e trocas que, nacionalmente, levariam à imposição de valores civilizatórios, estéticos e morais, ao construir um “patrimônio nacional” (2009, p. 31), na próxima parte do texto, busca-se compreender melhor a noção de “valor” constituída em torno da criação do SPHAN. Tendo isso em vista, e uma análise das fontes a serem estudadas na sequência, objetiva-se elaborar uma interpretação sobre os anos iniciais de atuação do SPHAN, ao direcionar o enfoque para ações relativas ao estado do Rio Grande do Sul.

## 2. Entre o técnico e o simbólico: o país imaginado

Instituído por meio do decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937, o tombamento<sup>23</sup> foi o instrumento jurídico pensado e utilizado para sistematizar os processos de patrimonialização do Brasil. Naquele momento, a inscrição de um elemento como bem em um ou mais livros do tomo tornava-o representativo de uma história que foi escolhida para ser contada, ligando-o, direta ou indiretamente, à lógica de um sistema de valores determinado.

Para desvendar em algum nível este sistema que, de modo geral, foi aplicado no âmbito do SPHAN antes mesmo de sua oficialização, em 1937 - dado que a atuação do órgão teve início já em 1936, em caráter provisório-, faz-se importante retomar a legislação que deu forma e oficialidade às ações de preservação do patrimônio no Brasil.

Em relação aos projetos anteriores<sup>24</sup>, em especial ao anteprojeto de Mário de Andrade, o decreto-lei oficializado incluiu a categoria “histórico” no nome e na definição do que constitui patrimônio<sup>25</sup>. No primeiro artigo da legislação, definiu-se que:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, que por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Brasil, 1937)

A definição apresentada na legislação propicia a reflexão sobre, por exemplo, de que forma identificar o que seria um “fato memorável” de relevância para a história do Brasil? A partir de quais referências podemos eleger um fato como de “interesse público”, ainda mais, em caráter universal? Classificar algo como de “excepcional valor”, na lógica do SPHAN, seria colocar esse algo em perspectiva com relação ao o quê, exatamente? Estas são questões amplamente discutidas em trabalhos de grande relevância no âmbito do patrimônio cultural (Chuva, 2003; 2009; Fonseca, 2009; Gonçalves, José Reginaldo, 1996; Gonçalves, Janice, 2016; Rubino, 1996 e Santos, 2018, por exemplo) e que permeiam as reflexões que serão apresentadas a partir da análise das fontes discutidas na última parte do artigo.

---

<sup>23</sup> Definido por Chuva como “ato administrativo que deu origem à tutela do Estado sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, em virtude do valor cultural que lhe fosse atribuído, por meio do SPHAN” (2009, p.147). O tombamento tem como objetivo proteger os bens selecionados impedindo sua destruição ou seu abandono às vicissitudes do tempo, preservando, assim, sua existência para as futuras gerações.

<sup>24</sup> Ver o capítulo 3 da obra de Márcia Chuva, no qual a autora faz um levantamento relativo ao desenvolvimento de propostas oficiais vinculadas à temática do patrimônio, no Brasil, que foram anteriores ao decreto-lei 25/1937. (2019, p. 143-164).

<sup>25</sup> No anteprojeto de Mário de Andrade, a iniciativa que organizaria a preservação do patrimônio no Brasil seria chamada de SPAN - Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. A inclusão do termo “histórico” ao lado de “artístico” no nome oficial do órgão foi, conforme apontado por Janice Gonçalves (2016, p. 53), ação legitimada com a lei nº 378/37, que reformulou o Ministério da Educação e Saúde Pública. A autora ainda menciona, a partir de Rubino (1991, p. 88-89), que o qualificativo “histórico” foi defendido pelo próprio ministro Gustavo Capanema.

Tomando como base estes trabalhos que fazem uma análise a partir dos tombamentos realizados nos primeiros anos do SPHAN, percebe-se que eles convergem ao observar a inclinação do órgão em valorizar o barroco mineiro do século XVIII como modelo de onde partiria a “tradição” nacional. Sabemos, por exemplo, que houve um intenso trabalho que “parecia querer buscar recuperar o tempo perdido” (Rubino, 1996, p. 97) ao longo do primeiro ano desta prática. De acordo com a “Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento”<sup>26</sup>, em 1938, entre tombamentos e tombamentos que, eventualmente, foram cancelados, foram registrados 303 dos 721 bens que seriam inscritos até 1967, quando se encerra a longa gestão de Rodrigo.

Para se ter ideia, de acordo com a mesma lista, analisando a distribuição geográfica apenas dos processos de bens tombados e que, eventualmente, tiveram o tombamento cancelado ao longo do tempo, no período de 1938 a 1940 - recorte de análise em que se enquadram os anos referentes a esta pesquisa -, observamos que a maior parte dos bens inscritos distribuiu-se entre Rio de Janeiro (98), Bahia (68), Minas Gerais (62) e Pernambuco (43), enquanto no Rio Grande do Sul apenas 11 bens foram registrados.

O acréscimo da categorização “histórico”, ao lado de “artístico”, no nome do órgão também é passível de reflexão. Conforme apontado por Janice Gonçalves (2016, p. 55), o decreto-lei 25/17 “associou, de um lado, o artístico ao excepcional, e, de outro, o histórico ao memorável”. Ressalte-se, aqui, que a seleção de elementos no âmbito da ação institucional de preservar traz consigo um passado que se quer comunicar no presente. Ao produzir conexões entre presenças e ausências, entre pontas que, até então, encontravam-se soltas no tear da história, a construção de representações traz implícita uma narrativa que demonstra escolhas e intenções. Assim, elementos materiais do cotidiano, em especial, “notáveis” edificações, foram tomados como semióforos<sup>27</sup> e escolhidos para conectar “o visível ao invisível”, o material a um universo de sentidos.

Na esteira disso, para que seja possível a formulação de uma compreensão daquilo que, possivelmente, os agentes do SPHAN tinham em mente quando se orientaram a partir de uma ideia de “valor” na seleção dos bens representativos da nação, não se deve perder de vista que o projeto político de nação posto em marcha por Vargas apostou em uma imagem de homogeneidade com vistas a estabelecer um elo entre passado, presente e futuro, que

---

<sup>26</sup> Disponível para download no site do atual Iphan: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>> Acesso em 12 dez. 2023.

<sup>27</sup> Conforme definição do autor, semióforos são: “[...] objetos que não têm utilidade, no sentido que acaba de ser precisado, mas que representam o invisível, são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura”. (Pomian, 1984, p.71)

demonstrasse o desenvolvimento da sociedade. Uma breve análise dos tombamentos realizados no período inicial de atuação do SPHAN dá conta de demonstrar que os elementos considerados importantes na configuração dos sentidos que delinearão as ações de preservação têm traços em comum e estão de acordo com as aspirações do Estado Novo por um país moderno, católico e ordeiro que foi originado de um passado heroico e cheio de glórias.

Seguindo esta proposta, a equipe do SPHAN tomou para si o trabalho de encontrar as raízes de uma cultura legitimamente brasileira, fazer delas um ponto de partida para o que sua geração perceberia como herança, conectando a sua própria existência enquanto grupo e produzindo o que deixaria como legado às próximas gerações. Conforme estudado e apontado por Silvana Rubino, tal processo teve “tempos e lugares privilegiados”, não foi qualquer passado aquele resgatado e trazido ao presente pelos encarregados do SPHAN, mas sim “o passado que essa geração tinha olhos para ver” (1996, p. 97). As ações vinculadas ao patrimônio se confundem em muito com as ações dessa vertente modernista que se colocou à frente do SPHAN.

O conjunto de bens tombados, analisado de modo geral, demonstra uma ânsia em desenhar um país que remonta ao passado, que vê no período colonial e no estilo da arquitetura barroca a expressão primeira do modo de fazer legitimamente brasileiro. Neste universo, podemos pensar nas igrejas barrocas de Minas Gerais, cuja arquitetura seria, em tese, livre de influência das culturas afro-brasileiras e ameríndias, como ponto alto da “origem” buscada como referência. O país que Rubino chama de “modelo reduzido imaginado” foi sintetizado por ela como “extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de câmara e cadeia, e habitado por personagens ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes” (1996, p. 98-99). Neste país mencionado, nota-se que o que se compreendeu como o valor histórico e artístico se encontrava em alinhamento com o que o Estado brasileiro da época propunha como nação “civilizada”, distante da realidade complexa de um país latino-americano e em busca de proximidade com as “nações civilizadas” do ocidente.

O SPHAN colocou em prática uma concepção que direcionou o olhar dos agentes do patrimônio para a busca pela tradição brasileira, encontrando no barroco os meios de atingir a universalidade a partir da particularidade. Buscava-se uma tradição advinda das origens da nação brasileira, sendo essa, mostrada como de influência lusitana, negando-se sempre que possível qualquer “herança indígena” (Chuva, 2003, p. 316). Segundo Veloso, “os modernistas elaboraram uma representação messiânica do passado, procuravam o retorno como forma de salvar o futuro” (2018, p. 48).

De modo geral, a proposta dos modernistas à frente do jovem SPHAN seria de reverenciar uma “matriz portuguesa” na medida em que, a partir desta, fosse construído um universo originalmente brasileiro. Nessa perspectiva, a chamada “arquitetura tradicional” foi classificada, conforme aponta Márcia Chuva, em tipos de manifestações de arte barroca<sup>28</sup>. A autora menciona que “o Brasil repetia as fases da periodização da Europa civilizada, na qual se inseria e da qual se diferenciava” (Chuva, 2003, p. 326).

A partir disso, infere-se que a noção de “valor” que orientou as ações dos agentes do SPHAN na ação de selecionar os bens passíveis de representarem a nação brasileira, esteve entrelaçada com a proposta mais ampla de desenvolvimento nacional do Estado Novo. Os “valores” dos quais os elementos selecionados estariam imbuídos a partir de sua inscrição em um ou mais Livros do Tombo, seriam representativos de uma nação homogeneizada, elitizada e distante de conflitos que pudessem demonstrar um distanciamento das nações “civilizadas”, servindo, assim, para embasar as demais ações de ordenação proposta pela ditadura estadonovista.

Agora que foi possível conhecer, ainda que de forma sucinta, um pouco do universo imaginado pelos agentes do SPHAN em seus primeiros anos de atuação, bem como o seu contexto de atividade, o que se refletiu nas ações de tombamento daquela época, pretende-se fazer uma análise das principais fontes selecionadas para este trabalho, que serão expostas detalhadamente a seguir. Com isso, deseja-se construir uma interpretação que leve a compreender quais os elementos que vincularam o Rio Grande do Sul a esta teia construída na busca por referências universais que foi posta em marcha pela instituição.

### **3. Parte do todo: o Rio Grande do Sul patrimonializado**

Retomando as questões que nos levaram a esta pesquisa, aqui procura-se fazer uma análise das fontes selecionadas com vistas a formular uma compreensão sobre quais entendimentos pautaram a vinculação do estado do Rio Grande do Sul ao plano de ação dos modernistas à frente do SPHAN nos quatro primeiros anos de atuação do órgão. O recorte de análise se justifica por ser aquele em que se situam as três principais fontes de pesquisa, de

---

<sup>28</sup> Situava-se a 1º fase, o classicismo barroco, entre fins do século XVI e a primeira metade do século XVII; a 2º fase, chamada de romanticismo barroco, de meados da segunda metade do século XVII e princípios do século XVIII; a 3º fase, o goticismo barroco, da primeira metade a meados do século XVIII; e a 4º fase, chamada de renascimento barroco, da segunda metade do século XVIII a princípios do XIX. Ver o trabalho de Márcia Chuva (2003, p.325).

1937 a 1940, sendo elas: um conjunto composto por 48 cartas<sup>29</sup> escritas por Rodrigo Melo Franco de Andrade e endereçadas a Augusto Meyer, correspondente do órgão no estado, enviadas entre o período de 09 de março de 1937 e 5 de fevereiro de 1938; o relatório gerado a partir da primeira “missão” de Lucio Costa ao Rio Grande do Sul, a pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que visava uma inspeção e a proposição de ações do SPHAN na região das missões jesuíticas, datado de 20 de dezembro de 1937<sup>30</sup>; e um artigo publicado na edição de nº 4 da *Revista do Patrimônio*<sup>31</sup>, no ano de 1940, intitulado “Os Sete Povos das Missões”, de autoria de Alberto Lamego.

Conforme já apontado, as cartas analisadas foram escritas pelo então diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, figura importantíssima na articulação do patrimônio nacional ao longo da constituição do serviço no país, mas também durante sua extensa gestão no órgão (1937-1967). O período em que se situam as 48 correspondências compreende os 11 meses entre o contato em que Rodrigo convida Meyer para atuar no órgão como responsável pela 7ª região (que integrava os três estados do sul do país: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e o momento em que o gaúcho precisa se ausentar do cargo em função de sua nomeação para o Instituto Nacional do Livro (INL).

Ao trabalhar na busca por uma interpretação das relações estabelecidas entre os dois primeiros personagens a darem forma ao patrimônio no estado do Rio Grande do Sul, Rodrigo e Augusto, buscou-se ter acesso ao que estava nos “bastidores” do processo de agregamento do Rio Grande do Sul como parte do todo que foi estipulado como o patrimônio histórico e artístico nacional. Por seu caráter relacional, as cartas permitem que possamos acessar não apenas o seu conteúdo, mas, em algum nível, aspectos pertencentes à sociabilidade construída por meio da escrita de quem as envia<sup>32</sup>, tornando possível captar laços mais sensíveis do que a pura burocracia de demandas estatais, o que foi fundamental para o estabelecimento de relações voltadas para um objetivo comum: forjar o patrimônio brasileiro. No entanto, para fins de corresponder a esta pesquisa de forma objetiva, propõe-se observar apenas os referenciais que dão pistas sobre as primeiras ações no âmbito do patrimônio nacional realizadas no estado,

---

<sup>29</sup> A documentação se encontra arquivada na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, mas também encontra-se compilada na dissertação de mestrado de autoria de Laura Regina Xavier (2008), intitulada *Patrimônio em prosa e verso: a correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer*, disponível em: <<https://hdl.handle.net/10438/2149>> Acesso em: 20 ago. 2023.

<sup>30</sup> (PESSÔA, 2004).

<sup>31</sup> SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n.4. 1940. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat04\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat04_m.pdf)> Acesso em: 12 ago. 2023.

<sup>32</sup> Conforme Teresa Malatian (2011, p. 195-221).

buscando, com isso, os referenciais que o SPHAN, na figura de Rodrigo, teve interesse em preservar no Rio Grande do Sul.

Sendo assim, uma análise das cartas demonstrou alguns pontos a serem levantados. Entre eles, que Rodrigo preconizou, em orientação a Meyer, que fossem buscados bens edificados como prioridade, aqueles “monumentos de arquitetura típica”, ou obras de *interesse histórico e artístico* do Rio Grande do Sul, expressão utilizada repetidas vezes pelo remetente. Em carta enviada em 29 de setembro de 1937, diz Rodrigo, como ato de confirmação à indagação feita por Meyer, que “só devem ser relacionados bens de arquitetura religiosa, civil e militar existentes nesse Estado que tenham interesse histórico e artístico excepcional ou relevante”, e segue dizendo que “deve prevalecer o nosso critério seletivo” (2008, p. 22).

De fato, o “critério” aparentemente vinha sendo respeitado, dado que Rodrigo não economizou em elogios à atuação de Meyer ao longo das cartas. Vê-se que as menções no corpo documental são de bens relativos à arquitetura religiosa, em sua maioria, mas também civil e militar, como, por exemplo, Casa da Feitoria Velha<sup>33</sup> (2008, p. 78) ou o Forte de Caçapava<sup>34</sup>, pensado como de “interesse histórico e arquitetônico” (2008, p. 69).

Apesar disso, é importante destacar que a maior parte das correspondências trata das ruínas de São Miguel Arcanjo, fato que demonstra privilegiada atenção dada a este monumento, bem como às demais ruínas que formam as missões jesuíticas na região. Inclusive, o interesse de Rodrigo por este movimento havia sido adiantado já na primeira carta do conjunto, datada de 9 de março de 1937 (Xavier, 2008, p. 44).

Sobre a importância dada aos remanescentes das missões, chama a atenção, ainda, o ofício anexado à carta enviada em 29 de setembro de 1937, na qual Rodrigo solicita a quantia de 250 contos ao presidente, por intermédio do ministro, para a execução das obras de conservação em São Miguel e nas demais ruínas das missões. Note-se que a solicitação antecede a viagem de Lucio Costa ao estado, da qual se originaria o plano de ação oficial que seria realizado na região. Nele, é especificado que “nenhuma obra de defesa dos valores que

---

<sup>33</sup> Localizada em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, a Casa da Feitoria Velha foi construída para abrigar escravizados que trabalhavam na produção de cordas, 1788. Foi desativada em 1824, quando passou a ser utilizada como abrigo aos primeiros imigrantes alemães que chegaram ao Estado. Seu tombamento ocorreu apenas em 1982 com inscrição feita no Livro do Tombo Histórico. Hoje abriga o Museu do Imigrante. (ipatrimônio. Disponível em: <<https://www.ipatrimonio.org/>> Acesso em: 02 fev. 2024.)

<sup>34</sup> Também chamado de Forte D. Pedro II, a construção militar data do século XIX e localiza-se em Caçapava do Sul, no Rio Grande do Sul. A fortificação foi construída a partir de determinação da Coroa portuguesa em um contexto de consolidação do domínio na região sul do Brasil e faria parte de um conjunto de outras três, dessas, uma não chegou a ser construída e ficaria em Jaguarão e a outra chegou a ser erigida, no Chuí, mas hoje faz parte do território Uruguai. As obras restaram inacabadas após seu abandono em 1864, quando cessaram-se as ameaças estrangeiras. Foi inscrita no Livro do Tombo das Belas Artes em 1938. (ipatrimônio. Disponível em: <<https://www.ipatrimonio.org/>> Acesso em: 02 fev. 2024.)

constituem o patrimônio histórico e artístico nacional é mais urgente nem seria mais meritória que a reclamada para preservar o que resta daquele admirável monumento vinculado à história de nossa formação” (Xavier, 2008, p. 84).

A relevância dada ao monumento se reflete, especialmente, no estabelecimento de recorte temporal feito por Meyer na seleção de bens de valor excepcional sob interesse do SPHAN, o qual foi aprovado e descrito como “excelente” por Rodrigo em carta datada de 4 de junho de 1937. Meyer adotou o período compreendido entre o estabelecimento das missões jesuíticas (meados do século XVII) e a Revolução Farroupilha (1835-1845) como referência na seleção de bens representativos no estado. Com isso, baseado em critérios relacionados a eventos de importância histórica<sup>35</sup>, o escritor tomou o estabelecimento das missões como “fato” fundador do Rio Grande do Sul. A informação, em si, é de enorme relevância, visto que a partir dela, será possível compreender melhor de que forma foram validados os bens no estado.

No entanto, é interessante mencionar que antes das ações oficiais do SPHAN no estado do Rio Grande do Sul, já haviam discussões a respeito de referenciais para construção de uma história gaúcha<sup>36</sup>, além de iniciativas locais de preservação daqueles monumentos tidos como relevantes. Articulações locais e anteriores a Rodrigo e Lucio, inclusive, já percebiam a região missioneira como alvo de necessárias ações de restauro e preservação. Sobre isso, o trabalho de Rodrigo José Cantarelli Rodrigues (2019) permite acesso a informações que merecem ser destacadas. Nele, o autor traz trechos de documentos dos anos 1920 que manifestam o interesse público na região das missões. Ponto importante a se destacar é que, ao longo dos anos 1928 e 1930, o governador do estado foi Getúlio Vargas, que já se demonstrava atento à proposta de preservação dos monumentos relativos à história do estado e foi responsável pela liberação de verbas para a estabilização das ruínas missioneiras, efetivada por meio da Diretoria de Terras e Colonização, através de uma comissão da Colônia de Santa Rosa (Rodrigues, 2019, p. 295).

Além disso, com base nas correspondências aqui analisadas, vê-se que Rodrigo teria tido acesso à versão preliminar de um documento produzido por Eduardo Duarte<sup>37</sup>, chamado

---

<sup>35</sup> Em nota de rodapé, a pesquisadora Laura Regina Xavier expõe parte do conteúdo da carta escrita por Augusto Meyer a Rodrigo em relação à periodização selecionada: “O meu plano, em linhas gerais, está traçado. Como sabe, o Rio Grande marcha modestamente na retaguarda do centro e do nordeste, em matéria de monumentos de excepcional valor histórico e artístico. O critério, portanto, a seguir no caso deveria ser estritamente histórico, compreendida a linha de evolução histórica entre a malograda civilização jesuítica e a revolução dos farrapos. (Carta de Augusto Meyer para Rodrigo Melo Franco de Andrade, no Arquivo Noronha Santos – IPHAN apud Xavier, 2008, p. 57).

<sup>36</sup> Sobre isso, destaca-se o trabalho de Jocelito Zalla (2023) no qual é feito um panorama muito pertinente sobre as representações e os usos do passado relativos às missões jesuíticas no estado do Rio Grande do Sul. Nele o autor elabora importantes compreensões sobre a formação da memória histórica em seu caráter de permanente disputa.

<sup>37</sup> Eduardo Duarte foi educador, historiador e médico, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

de *Monumentos artísticos e históricos do Rio Grande do Sul*. No trabalho de Rodrigues, observa-se que o inventário fez parte do *Anuário do Ministério da Educação*, de 1931, cuja publicação oficial teria ocorrido apenas em 1945. Percebe-se que o envio do levantamento teria sido informado por Augusto Meyer em carta enviada por ele para Rodrigo<sup>38</sup>. Após confirmação de recebimento, em carta escrita por Rodrigo em 22 de setembro de 1937, ele afirma: “A coisa é alentada: 49 páginas de formato grande, das quais 27 dedicadas às Missões. Mas, com exceção destas, quase todos os demais monumentos assinalados são estátuas e bustos” (Xavier, 2008, p. 82). A produção de Eduardo Duarte demonstra que as articulações levadas à esfera federal da administração pública já faziam parte das discussões sobre o tema no estado. Seu documento era composto por um levantamento dos monumentos públicos e históricos selecionados como relevantes e, segundo Rodrigo José Rodrigues:

é possível perceber nessa listagem feita por Eduardo Duarte uma predileção por edificações religiosas e governamentais, desde que estas tivessem um caráter monumental, assim como pelas casas de personagens ligados à história do estado, que representariam uma arquitetura civil. (Rodrigues, 2019, p.191)

Na sequência, fruto da primeira visita de Lucio Costa aos remanescentes das missões jesuíticas no Rio Grande do Sul, um relatório<sup>39</sup> sobre as ruínas da Igreja de São Miguel foi enviado a Rodrigo contendo um levantamento e análise atenta dos vestígios encontrados, além da proposta de construção do que seria o atual Museu das Missões. A visita aconteceu em novembro de 1937 e foi guiada por Augusto Meyer, tendo ainda a companhia de outros auxiliares e a esposa de Lucio, Julieta Modesto Guimarães. Destaca-se por ter sido o ponto de partida das ações de preservação na região que hoje é declarada Patrimônio Mundial, Cultural e Natural pela UNESCO (1983). O sítio arqueológico de São Miguel das Missões é apontado como “um dos conjuntos mais importantes em terras brasileiras” no site do atual IPHAN<sup>40</sup>.

Por sua relevância junto ao SPHAN, faz-se interessante ao nosso objetivo final uma breve introdução a respeito de Lucio Costa. Após ter se tornado um arquiteto modernista<sup>41</sup> de

---

<sup>38</sup> Trecho de carta datada do dia 11 de junho de 1937 exposto na pesquisa de Rodrigo Rodrigues “Por informação da Secretaria do Instituto Histórico e Geográfico, foi remetida ao Ministério da Educação, em junho de 1932, uma grande documentação sobre monumentos históricos do Estado, encaminhadas pela Secretaria do Interior e endereçada àquele Ministério. Peço-lhe mandar pesquisar com urgência aí para descobrir essa misteriosa documentação.” (Carta de Augusto Meyer a Rodrigo Mello Franco de Andrade, 11 de junho de 1937, Pasta 03, envelope 02, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan. Apud. Rodrigues, 2019, p. 294).

<sup>39</sup> Nas palavras de Rodrigo, teria sido “um relatório memorável, datado de dezembro de 1937, que foi a primeira contribuição do grande arquiteto para o órgão administrativo do qual ele viria a tornar-se o técnico mais afluente e destacado” (Andrade, 1987, p. 160 apud. Xavier, 2008, p. 35).

<sup>40</sup> Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/292>>. Acesso em 25 jan. 2024.

<sup>41</sup> Lucio Costa foi um nome proeminente ligado à vertente que defendia uma arquitetura neocolonial, nos anos anteriores a 1930, posicionamento que mudaria a partir do contato com o arquiteto Le Corbusier e de quando passou a ter questionamentos que levantaram problemas com relação ao “estatuto do passado: em *como* aprender

relevância no meio intelectual do início dos anos 30, tendo já a esta época estreitas relações com Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lucio esteve sempre próximo da esfera pública. Sua participação no concurso aberto para elaboração do projeto arquitetônico do edifício do MES, em 1936, ministério já ocupado por Capanema à esta altura, tornou-se emblemática já que, não tendo vencido o concurso, ainda assim foi dele o projeto levado à cabo na construção do prédio, o que demonstra a inclinação tomada pelo governo à arquitetura modernista.

Sua atuação enquanto talentoso arquiteto e seu envolvimento em frutíferas relações interpessoais, fizeram de Lucio Costa um nome importantíssimo tanto na trajetória de consolidação da profissão de arquiteto no Brasil, quanto na trajetória de desenvolvimento das práticas relacionadas à preservação do patrimônio edificado, o que o fez impactar não apenas no âmbito técnico, mas também no âmbito simbólico. Como chefe da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET), atuou de 1937 até a sua aposentadoria, em 1972. Costumam ser associadas a ele importantes técnicas de preservação, além de determinadas formas de pensar o patrimônio no Brasil, com destaque para ao projeto de construção do Museu das Missões, no estado do Rio Grande do Sul, que se fez a partir do relatório apreciado a seguir.

Como primeira observação, é importante relatar que o arquiteto foi enfático ao sugerir que, diante de tamanho estado de devastação: “não se pode pensar em reconstruir São Miguel ou mesmo recompor qualquer de suas partes”, e continua, “os trabalhos deverão limitar-se, tão somente, a consolidar e conservar” (Pessôa, 2004, p. 25-26).

Aqui, para além das descrições de caráter estritamente técnico no âmbito da arquitetura, nosso foco esteve em buscar pistas deixadas na constituição da proposta que revestiu de grande “valor” este monumento, especialmente, em relação aos demais bens tombados no estado, dada sua presença desde as primeiras correspondências entre Meyer e Rodrigo. Nessa perspectiva, destaca-se que, em certo momento, Lucio deu ênfase ao fato de não ter identificado vestígios “senão muito vagos, da influência indígena”. Denota-se que, para ele, a própria “aspereza” do “tratamento mais tosco” que identificou nas edificações, seria atribuída não só à “falta de experiência dos ‘operários’ e daquela ‘guacheria’ que aproxima os bárbaros de qualquer raça quando pretendem reproduzir de ‘ouvido’ os elementos da arquitetura greco-latina”, mas também ao fato de que, muitos colaboradores estrangeiros, de partes da Europa, teriam vindo para contribuir nas obras. Em suma, diz ele que os traços dependem “mais dessa ‘mistura’ de procedências diversas combinadas com as deficiências do meio, do que propriamente, da influência do elemento nativo” (2004, p.35).

---

com este para buscar tal emancipação intelectual e artística” (Rubino, 2002, p.9), sendo o ano de 1929 apontado por Rubino como o de sua “conversão” ao modernismo.

Tais afirmações servem para corroborar com a busca por distanciamento das influências indígenas já identificadas no processo de construção de uma cultura universal. Vê-se que mesmo os "pontos fracos" identificados por ele não puderam ser mencionados sem que fosse exposto descrédito à contribuição indígena na construção das instalações, o que corrobora com a já mencionada orientação dos agentes do patrimônio a enxergarem aquele passado que, conforme Silvana Rubino, tinham olhos para ver (1996, p. 97).

Lucio considerou que São Miguel detinha os únicos elementos passíveis de apresentar “interesse como conjunto arquitetônico”. Lá, o arquiteto sugeriu que fossem reunidos todos os elementos que faziam parte do contexto das demais reduções, pois assim seriam revestidos de outro sentido, “de muito maior significação” (2004, p. 37). Deduz-se, com isso, que sua ideia inicial era de reorganizar aquele todo com o qual se deparou de forma fragmentada, fazendo com isso uma releitura daquele passado.

Chama a atenção a forma como sua elucubração sobre o museu inclui, desde aquele momento, preocupações para com as impressões dos futuros visitantes. Isso se reflete quando Lucio expõe a necessidade de um levantamento que desse conta de ser acessível ao público “geralmente pouco ou mal informado” (2004, p. 37), de modo que as pessoas pudessem compreender os sentidos envoltos nos remanescentes. Tudo para que, assim como na imaginação de Augusto Meyer, eles "vejam aquela porção de índios se juntando de manhãzinha na igreja" (2004, p. 39).

Lucio imaginou um universo de sentidos a partir de suas sugestões. Com o estudo do relatório, supõe-se que sua intenção era de trazer ao presente uma narrativa que julgava relevante sob a perspectiva da memória coletiva e do sentimento de pertencimento comum. O passado que foi selecionado para ser valorizado, ao que parece, propõe uma perspectiva histórica que releva qualquer tensão social existente a partir dos conflitos e violências geradas naquele contexto colonial, que também nega a agência aos indígenas reduzidos naquelas instalações, bem como sua influência na materialidade que resistiu ao tempo. Ainda assim, se propõe a contar a “história em verdade extraordinária”<sup>42</sup> que lá teria se passado, por meio dos elementos que dela faziam parte, chegando, assim, ao alcance do maior número de pessoas quanto fosse possível.

Seguindo para a análise da última fonte selecionada para compor esta pesquisa, cabe lembrar que esta foi responsável pela inquietação que originou este trabalho. Após a identificação de certa ausência de menções ao Rio Grande do Sul em relação aos estados que

---

<sup>42</sup> “[...] como eram as casas, a organização dos trabalhos nas estâncias e oficinas, as escolas de ler e de música, as festas e os lazeres, a vida social das comunidades, em suma” (Pessoa, 2004, p. 40).

compõem o núcleo “detentor” do “barroco brasileiro” no principal periódico relacionado ao patrimônio no Brasil, a *Revista do Patrimônio*, percebeu-se a necessidade de uma investigação dos primeiros anos da produção material elaborada pelo SPHAN<sup>43</sup>.

Segundo Silva (2010, p. 18), “o periódico é justamente um instrumento por meio do qual se legitima a ‘invenção do patrimônio’ no Brasil, construindo um novo campo de saber no país, através da produção dos conhecimentos nele veiculados”. Ora, se por meio da *Revista do Patrimônio* são veiculados os conhecimentos que dão sentido ao patrimônio constituído pelo SPHAN no Brasil, este é um documento que adquiriu ainda mais relevância para compor uma análise sobre o que representou o Rio Grande do Sul nos primeiros anos de atuação do órgão.

Com relação aos autores que escreveram na revista, cabe salientar que nem todos faziam parte do corpo técnico do SPHAN. No entanto, Rodrigo figurava como um mediador dos temas e autores que fariam parte das publicações. Desta forma, todos os que participaram do projeto fizeram parte, também, da legitimação do discurso e abordagem veiculados - discurso este composto por representações e, por que não, de silenciamentos. A revista era um recurso de poder e, como parte do aparato estatal, um lugar potente de exposição de ideias sobre a cultura brasileira, além de, como disse Lucio Costa<sup>44</sup>, ser a “menina dos olhos de Rodrigo”.

Procurando compreender a dinâmica de distribuição geográfica dos artigos da revista, fizemos um breve levantamento que se estendeu até que fosse possível identificar outro artigo dedicado exclusivamente ao Rio Grande do Sul, o que reforçou a necessidade de tratar sobre o tema. Entre 1937 e 1978, foram publicadas 18 edições da revista. Juntas, as publicações somam 170 artigos. Destes, apenas um é dedicado exclusivamente ao Rio Grande do Sul, trata-se do artigo selecionado como fonte para esta pesquisa, denominado *Os Sete Povos das Missões*. Um outro artigo exclusivamente sobre o estado somente foi publicado na edição de número 19, em 1984, e, curiosamente, também tratou da região missioneira. Vale lembrar que esta segunda publicação ocorreu em momento que coincide com grandes obras também relativas à região e no período em que estavam tendo início as articulações sobre o reconhecimento dos remanescentes das Missões como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

Propõe-se, aqui, analisar o texto buscando pistas sobre o entendimento de “valor” que configurou a seleção de sua temática, sem deixar de em perspectiva a presença do artigo selecionado sobre o Rio Grande do Sul e a ausência de produções dedicadas exclusivamente ao estado no conjunto de publicações na *Revista do Patrimônio* enquanto uma reflexão. Ao buscar

---

<sup>43</sup> Cabe mencionar os trabalhos de Lanari (2010); Ribeiro (2013); Silva, C. (2010); e Silva, A. (2019).

<sup>44</sup> Lucio fez tal afirmação em depoimento colhido em 4 de julho de 1997 por Márcia Chuva, Lia Motta e Cícero Almeida, na residência do arquiteto, no Rio de Janeiro (Chuva, 2009, p. 245).

compreender os referenciais de entendimento sobre o Rio Grande do Sul veiculados no artigo da revista, propõe-se fazer o que Jacques Le Goff indicou, quando sugeriu tratar-se “de pôr à luz as condições de produção [...] e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder [...]” (2003, p. 525). Uma análise sob esta perspectiva parece essencial para um bom entendimento do que se compreendeu como importante no estado sob a perspectiva institucional do SPHAN.

Robson Orzari Ribeiro, em sua dissertação de 2013, fez um vasto estudo sobre a *Revista do Patrimônio*, incluindo uma classificação dos artigos publicados. Nela, o autor indica o artigo selecionado como sendo integrante da categoria “história”, e define esta como item que classifica “artigos que recontam a história do monumento ou vilarejo, sem, contudo, abordar seus aspectos estéticos e estruturais” (Ribeiro, 2013, p.95). Além disso, reconhecendo a dificuldade em estabelecer um entendimento sobre o ofício de historiador na época, dado que os cursos de graduação em História ainda não existiam como se conhece hoje, cabe mencionar que Alberto Lamego, o autor, teve sua ocupação categorizada como “historiador” por Márcia Regina Romeiro Chuva (2009, p. 424).

O artigo em questão trata do modo de vida construído nas missões no século XVIII sob uma abordagem que demonstra uma determinada perspectiva histórica, possivelmente, aquela que foi parte da reflexão de Jacques Le Goff quando tratou da forma pela qual os documentos eram pensados pelos positivistas, trazendo o exemplo de Fustel de Coulanges, para quem a leitura dos documentos não serviria para nada se fosse feita com ideias preconcebidas. No texto de Lamego, vê-se que a abordagem se aproxima a uma apresentação de documentos, de modo a tirar “tudo o que eles contêm” sem, com isso, “lhes acrescentar nada que eles não contêm” (LE GOFF, 2003, p. 107).

No texto, são expostos dois documentos que incluem descrições de autoria desconhecida sobre os festejos realizados em 1760, em homenagem aos reis de Espanha, Carlos III e Maria Amalia Walburgo. Logo nas primeiras linhas, Lamego expõe com satisfação o que o fez trazer à tona a temática escolhida. Referindo-se à Vargas como “grande estadista que dirige a Nação”, diz ele que agora pode-se “reviver das cinzas do passado os dias gloriosos dos 'Sete Povos das Missões', considerando monumentos históricos as suas igrejas em ruínas” (1940. p. 56). Tal evocação honrosa à figura de Vargas pode não ter sido mero acaso, tendo em vista que o ditador nasceu na cidade de São Borja, onde se situa um dos remanescentes das missões jesuíticas, fato que, inclusive, é mencionado pelo autor.

Com “dias gloriosos”, vê-se que o autor reforça um discurso europeizado, religioso e civilizatório. Lamego adotou uma narrativa que louva a “obra de civilização” promovida pelos

jesuítas nas reduções da região missioneira. Além disso, no primeiro dos documentos reproduzido no texto, por exemplo, revela-se uma relação de benevolência dos militares para com os indígenas, colocando estes como muito bem tratados ao longo daquele evento no qual cantavam, dançavam, tocavam instrumentos e prestavam homenagens como vassalos. Sobre o posicionamento dos militares para com os indígenas, menciona-se no texto transcrito:

Antes, pensavam serem estes uns bárbaros, sem cultura, sem educação, inhabeis para tudo, sem reconhecimento ao rei e superiores, e culpavam por isso os missionarios. Agora, dizem todos que são habeis, gratos a el-rei e ficam admirados do seu adiantamento e inteligencia, muito mais do que os aldeões espanhóis, e louvam os padres pelo esmero e educação que lhes dão. (Autor desconhecido [1760] apud. Lamego, 1940, p.63)

O outro texto transcrito, escrito em verso e em língua castelhana, tem o mesmo teor. Reforçando uma narrativa que toma como positiva a ação dos missionários nas reduções, Lamego indica que a intenção do Museu das Missões era a de reunir e conservar as obras de arte de valor histórico relacionadas com os Sete Povos das Missões enquanto "criação dos beneméritos inicianos que trouxeram à civilização centenas de milhares de selvagens e escreveram as mais rutilantes páginas da historia do Paraguai e do Brasil, com o sangue de seus mártires" (LAMEGO, 1940. p. 70).

O texto menciona também a destruição dos Sete Povos das Missões, perpetrada por tropas portuguesas e espanholas. A narrativa produzida menciona, ainda, o massacre promovido pelos bandeirantes sobre os indígenas, chamados de "selvagens", mas também aos missionários, já que atacavam suas aldeias destruindo-as por completo.

Entende-se que a memória missioneira, usada enquanto referencial na discussão sobre a valorização do passado e impressa na publicação institucional de alcance nacional, orientou uma determinada forma de apreensão do passado. De forma geral, nota-se o teor religioso e civilizatório da narrativa. De modo algum se coloca em voga a potência da cultura indígena, pelo contrário, os nativos são mencionados sob uma perspectiva de aculturação. Percebe-se, que o passado escolhido para denotar "excepcional valor histórico", aqui, foi reorganizado e impresso sob uma perspectiva colonizadora, de apagamento da agência indígena.

Por fim, levando em consideração a análise das fontes e os entendimentos sobre valor histórico e artístico atribuído aos bens selecionados no estado ao longo da parceria com Augusto Meyer, cabe ainda uma verificação dos dados sobre tombamentos disponíveis no anexo 5 da obra de Márcia Chuva (2009, p. 459-480). Lá, identifica-se que foram tombados no ano de 1938, efetivamente, 11 bens situados no Rio Grande do Sul. Analisando a separação dos bens tombados por Livro do Tombo em que foram inscritos, vê-se algo interessante: os remanescentes e ruínas da Igreja de São Miguel das Missões foram inscritos no Livro do Tombo

das Belas Artes e não no Livro do Tombo Histórico, apesar das narrativas observadas nas fontes analisadas apontarem, possivelmente, para este referencial da história do Rio Grande do Sul sob uma perspectiva de experiência fundante da nacionalidade, que seria parte das origens culturais brasileiras. Nenhum bem foi inscrito no Livro do Tombo das Artes Aplicadas ou no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Juntamente aos remanescentes da Igreja de São Miguel das Missões, a lista de inscrições no Livro do Tombo das Belas Artes, em 1938, relativas ao estado, compreende os seguintes bens: Casa construída com material missionário; Acervo do Museu Júlio de Castilhos; Acervo do Museu da União dos Caixeiros Viajantes; Forte de Caçapava; Igreja de N. S. das Dores; Igreja Matriz de São Pedro; e Igreja de N. S. da Conceição de Viamão.

Aqueles bens tidos como relativos a eventos e “fatos memoráveis”, segundo a perspectiva do SPHAN, foram inscritos no Livro do Tombo Histórico, são eles: Casa de Garibaldi, Palácio Farroupilha e Casa de Bento Gonçalves<sup>45</sup>.

Nota-se que os critérios que direcionaram os agentes do SPHAN são de difícil apreensão. Com o enfoque da instituição voltado predominantemente para os bens edificados e as ações sendo perpetradas em alinhamento ao avanço da arquitetura no Brasil, em geral, bens inscritos no Livro de Belas Artes foram maioria absoluta, além de obterem uma justificativa mais bem elaborada do que os bens inscritos no Livro do Tombo Histórico, por exemplo, como apontam os estudos de Maria Cecília Londres Fonseca (2009, p. 114).

## **Considerações Finais**

Ao longo do trabalho, buscou-se formular um entendimento sobre a perspectiva de “valor” compreendida pelos agentes do SPHAN e posta em prática em sua atuação nos primeiros anos do órgão. Tal entendimento baseou-se numa busca pela compreensão do contexto histórico em que as categorias que direcionaram as ações de preservação foram desenvolvidas e dos agentes envolvidos neste processo, além de ter em foco o modo pelo qual o universo simbólico produzido em meio as discussões oficiais sobre patrimônio se refletiu nos tombamentos realizados no período compreendido pelas fontes aqui analisadas, de 1937 a 1940.

---

<sup>45</sup> Em suma, para compreender a referência histórica: Giuseppe Garibaldi foi um combatente de origem italiana que participou da Guerra dos Farrapos (1835-1845) com Bento Gonçalves e David Canabarro. Teve papel destacado na conquista de Laguna, em 1839; o Palácio Piratini passou a servir de sede ao Governo do Estado a partir de 1921, na gestão de Borges de Medeiros; a Casa de Bento Gonçalves foi onde nasceu o homem que seria Presidente da República Rio-Grandense, proclamada pelos farrapos em 1836. (ipatrimônio. Disponível em: <<https://www.ipatrimonio.org/>> Acesso em: 27 jan. 2024.)

Na sequência, a proposta de análise se voltou para o objetivo principal desta pesquisa, a atuação do SPHAN no estado do Rio Grande do Sul, especificamente, em função de uma compreensão dos entendimentos que vincularam o estado como parte do todo “patrimonializável” no Brasil.

Viu-se que, para um entendimento satisfatório da lógica que orientou o SPHAN em seus primeiros anos de atuação, faz-se necessário um olhar atento ao projeto mais amplo de realinhamento da sociedade a partir da perspectiva desenvolvimentista e homogeneizadora que foi foco do Estado Novo. Para o SPHAN, enquanto instituição parte de uma burocracia estatal centralizadora, foram nomeados agentes que estiveram de acordo com o plano de modernização do país, o que passou pela construção de uma imagem das origens da cultura nacional voltada para a hegemonia branca, católica, elitista, paternalista e escravista, que buscava em eventos históricos e personagens heroicos meios de reforçar o teor nacionalista do discurso, tendo como enfoque as construções de estilo barroco do século XVIII. Os elementos aptos a fornecer subsídios a legitimação desta narrativa foram selecionados ao longo do território brasileiro, nas regiões escolhidas para serem desbravadas pela instituição.

Nesta perspectiva, compreendendo que a noção de “valor” posta em prática pelo SPHAN em seus primeiros anos de atuação foi orientada em busca de referenciais a serviço de uma narrativa de construção de um novo homem, moderno, mas que encontrava suas raízes culturais no passado colonial. Observou-se que, no estado do Rio Grande do Sul, o que prevaleceu foi a busca por uma narrativa fundante, vinculada a um passado que teria demarcado fronteiras, colocando em evidência uma origem europeizada e um processo civilizatório católico em contexto colonial, o que se expressa nos bens tombados ao longo do período que engloba esta pesquisa.

Ainda que, com a análise das fontes seja possível reparar uma distribuição desigual nas inscrições de bens levantados ao longo da gestão de Meyer entre os Livros do Tombo, o que demonstra que a maior parte dos bens foi inscrita inscritos no Livro do Tombo das Belas Artes, percebeu-se, também, que uma proposta de valorização de orientação histórica tenha sido, possivelmente, predominante. Isto pôde ser identificado, por exemplo, no entendimento demonstrado por Meyer sobre os monumentos do estado ao longo das correspondências, no interesse declarado por Rodrigo e Lucio, especialmente no caso da Igreja de São Miguel, tanto nas correspondências, quanto no relatório de viagem, bem como no uso de documentações primárias transcritas no artigo de Lamego o que aparenta uma ânsia por “resgatar” e comunicar um determinado passado no presente.

Para além disso, com a análise das fontes, percebeu-se que, no estado do Rio Grande do Sul, as ruínas da Igreja de São Miguel e os remanescentes das missões foram, possivelmente,

objeto de predileção da instituição em um cenário no qual poucos bens foram considerados relevantes para o quadro geral de tombamentos do SPHAN. Tal afirmação se reflete nas diversas menções a este bem que vão além daquelas que efetuou Rodrigo em sua correspondência a Augusto, ou do relatório realizado por Lucio após visita ao local e sugestão de construção do importante Museu das Missões, ou ainda, sendo os Sete Povos das Missões tema do único artigo dedicado exclusivamente ao estado na *Revista do Patrimônio* ao longo de todo o período em que Rodrigo foi diretor do órgão. Sua importância já era alvo da atenção de Getúlio Vargas antes mesmo deste se tornar presidente da República, como demonstrou-se ao longo do texto.

Conclui-se, assim, que o estado do Rio Grande do Sul foi vinculado às políticas preservacionistas nos primeiros anos de atuação do SPHAN a partir de referenciais relacionados a uma proposta que, assim como os demais estados do Brasil, estava de acordo com o que se queria validar no âmbito do projeto de nação posto em marcha pelo Estado Novo. No entanto, apesar do fato de ter-se inscrito a maior parte dos bens selecionados no estado, ao longo do período analisado, no Livro do Tombo de Belas Artes - o que denotaria um olhar mais votado ao caráter arquitetônico em voga na época, dando a compreender este aspecto como destaque nos monumentos -, os processos de seleção e troca de informações relatados nas fontes possibilitam inferir que os entendimentos a respeito dos bens “patrimonializáveis” selecionados no estado teriam se vinculado a certo caráter histórico. A ideia de busca por origens da nacionalidade por meio de uma narrativa de formação do território e da civilidade da cultura nacional parece ter sido central no direcionamento das ações praticadas pela instituição. Tal reflexão tem como base as compreensões desenvolvidas aqui sobre o sistema de atribuição de “valor” posto em prática pelos agentes do SPHAN.

Longe de trazer observações definitivas, espera-se que, de alguma forma, os conhecimentos produzidos ao longo dessa reflexão possam ser agregados aos debates em torno da história dos processos de patrimonialização realizados no país e, especificamente, do IPHAN, instituição que ainda figura entre as mais relevantes no âmbito da cultura nacional, hoje, é claro, voltado para um universo multifacetado, atravessado por uma realidade repleta de complexidade e profundamente diversa.

## Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 336 p.

BAUER, Leticia Brandt. **O arquiteto e o zelador: patrimônio cultural, história e memória – São Miguel das Missões (1937-1950)**. 2006. 177 p. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS. Porto Alegre, 2006.

\_\_\_\_\_. **O homem e o monumento : criações e recriações de Rodrigo Melo Franco de Andrade**. 2015. 273 p. Tese (Doutorado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 2015.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2011. 224 p.

CAVALCANTI, Lauro. **Modernistas, arquitetura e patrimônio**. In: PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado-novo. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1999. 334 p.

CHUVA, Márcia. **Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado**. Topoi Revista de História. RJ. Rio de Janeiro. v. 4, n. 7, p. 313-333. Jul/Dez 2003.

\_\_\_\_\_. **Os arquitetos da memória. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. 480 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2009. 298 p.

GONÇALVES, José Reginaldo Gonçalves. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996. 156 p.

GONÇALVES, Janice. **Figuras de Valor: patrimônio cultural em Santa Catarina**. Santa Catarina: Casa Aberta, 2016. 298 p.

HOBSBAWM, E; RANGER, T. (Org.). **A Invenção das Tradições**. Tradução: Celina C. Cavalcanti. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 392 p.

LANARI, Raul Amaro de Oliveira. **O patrimônio por escrito: a política editorial do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional durante o Estado Novo (1937-1946)**. 2010. 207 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. 541 p.

MALATIAN, Teresa. **Cartas. Narrador, registro e arquivo**. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (Org.) O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2011, p. 195-221.

PESSÔA, José (org.). **Lucio Costa: documentos de trabalho**. 2. ed IPHAN/MinC, Rio de Janeiro, 2004. 328 p.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

\_\_\_\_\_. **Memória e identidade social**. Estudos Históricas. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POMIAN, Krzystof. Coleção. In: GIL, Fernando (Org.). **Memória-História**. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII--XIX. Do monumento aos valores**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009. 240 p.

RIBEIRO, Robson Orzari. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: textos de história da arte engajados na política de preservação no Brasil**. 2013. 261 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

RODRIGUES, Rodrigo José Cantarelli. **Ante o vandalismo dos homens e os estragos do tempo: experimentos, preparações e invenções nas práticas de preservação do patrimônio brasileiro**. 2019. 242 p. Tese (Doutorado em História). Recife: UFPE, 2019.

RUBINO, Silvana. **O mapa do Brasil passado**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-105, 1996.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. **O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: a relação entre modernismo e barroco**. Brasília: Ed. da UnB, 2018. 436 p.

SILVA, André Fabrício. **Alicerces do Patrimônio: Rodrigo Melo Franco de Andrade e as narrativas de patrimonialização na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937-1945)**. 2019. 174 p. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. **Revista do Patrimônio: editor, autores e temas**. 2010. 185 p. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

XAVIER, Laura Regina. **Patrimônio em prosa e verso: a correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer**. 2008. 159 p. Dissertação (Mestrado em História) - FGV, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

ZALLA, Jocelito. **O retorno de Sepé Tiaraju: memória, historiografia e resistência popular no sul do Brasil**. Anos 90, [S. l.], v. 30, p. e2023307, 2023.

### **Documentos consultados**

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf)> Acesso em: 18 jan. 2024

SPHAN. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, n.4. 1940. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat04\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat04_m.pdf)> Acesso em: 12 ago. 2023.